



Associação dos **Técnicos** de Nível Superior do Município de Porto Alegre

Corresp. no. 13/2017

Porto Alegre, 28 de maio de 2017.

Senhores(as) Vereadores(as),

Nesta semana, está em suas mãos a decisão de submeter os servidores do município à dupla redução do seu poder aquisitivo: por meio da retirada da inflação do cálculo do reajuste de seus salários, e da majoração em 3% da contribuição previdenciária. Essas medidas não irão resolver a situação financeira do município, mas irão retirar dinheiro do bolso dos servidores, já estreito para dar conta do seu sustento e o de seus familiares. Sem a reposição da inflação, os vencimentos dos servidores já acumulam hoje perdas da ordem de 13,9%.

Nós, servidores, acreditamos que a crise financeira do município de Porto Alegre é menos grave do que a divulgada pelo prefeito. Não se pode comparar as finanças de Porto Alegre com as do Rio Grande do Sul.

A despesa da Prefeitura com pessoal está dentro dos limites estabelecidos pela lei de responsabilidade fiscal, não ultrapassando hoje sequer o limite prudencial.

Nós, servidores, sabemos que pouco está sendo feito para aumentar a receita. A dívida ativa do município é elevada, grandes devedores não estão sendo chamados ao cumprimento de seus deveres.

A cidade tem centenas de construções e parcelamentos do solo irregulares, centenas de atividades sem alvará. É momento de a Prefeitura buscar aumento de arrecadação por meio de uma lei de regularização de construções, parcelamento de solo e atividades irregulares, como foi feito no passado.

Há dezenas de prédios alugados pela administração municipal que poderiam ser entregues acomodando-se os locais de trabalho em prédios de propriedade do município.

...

Aos(às) Ilm^{os}(^{as})

Vereadores(as) de Porto Alegre



Associação dos **Técnicos** de Nível Superior do Município de Porto Alegre

...

Há dívidas de longo prazo que estão sendo computadas como exigíveis neste exercício, as quais poderiam ser negociadas com os credores para adequar o caixa da Prefeitura.

Há investidores dispostos a adquirir dívidas do município para recebimento futuro.

Há terrenos e prédios de propriedade do município que podem ser alienados.

Há diversas obras incluídas na despesa de 2017 que poderiam aguardar um momento melhor das finanças.

Há milhares de devedores aguardando o refinanciamento de suas dívidas para aportar valores aos cofres municipais.

Vossas Senhorias devem estar cientes de tudo isso. Agora, por quê atrasar o pagamento dos servidores e reduzir seus salários? Para provar má administração de governos anteriores com objetivos eleitorais no futuro próximo? Melhor seria demonstrar eficiência desta administração, capacidade administrativa para gerir as finanças do município sem prejudicar servidores e, por decorrência, o atendimento à população.

Nós, servidores, acreditamos no espírito de justiça e discernimento dos vereadores de Porto Alegre, e deles esperamos a rejeição total ao PLE 2/2017 e ao PLCE 4/2017, evitando prejuízos aos servidores e, por consequência, à população.

Não recebemos nenhuma recompensa em tempos de crescimento da arrecadação. Não podemos, agora, nos tornar sócios de prejuízos eventualmente causados por maus gestores.

Estaremos acompanhando a votação dos projetos nos próximos dias, contando com o apoio dos(as) vereadores(as) ao lado dos servidores e da população de Porto Alegre, evitando, assim, a deterioração das relações entre a Prefeitura e seus servidores.

*Eng. Sérgio Luiz Brum
Presidente da Astec
GESTÃO 2017-2018*